

**(...) Elementos de Civilidade e Decência que
se pratica entre gente de bem (...)
Espaços, gestos e sociabilidade na
Cultura Portuguesa de Setecentos**

SEPARATA DA REVISTA DE GENEALOGIA & HERÁLDICA N.º 9/10
DO CENTRO DE ESTUDOS DE GENEALOGIA, HERÁLDICA E HISTÓRIA DA FAMÍLIA
DA UNIVERSIDADE MODERNA DO PORTO

2003

[...] *Elementos de Civilidade e Decência que se pratica
entre gente de bem* [...]

**Espaços, gestos e sociabilidade na Cultura Portuguesa
de Setecentos**

MARIA ALEXANDRA TRINDADE GAGO DA CÂMARA *

(...) A sociedade que faz a vida muito agradável, requer que nos sujeitemos a algumas considerações para podermos gozar das suas delícias e atractivos. O ponto essencial nesta pequena obra é individualizar e explicar estes preceitos à mocidade com huma sufficiente clareza, para que ela possa tirar daqui as primeiras luzes daquela civilidade, que nos faz amáveis, que infunde a benevolência no nosso affecto, e que enobrecce a nossa alma(...)"

In Abade PRÉVOT — *Arte de Agradar na Conversação*, (trad. do francês por José Vicente Rodrigues), Porto, 1783, pp. 10.

Preâmbulo

O conceito de civilidade assume ao longo do século XVIII em contexto europeu referências sociais e chaves conceptuais da maior importância da mentalidade de elite¹ desse período. Este próprio

* Professora Auxiliar da Universidade Aberta.

¹ A visível atenção que, desde o século XVI e muito particularmente no século XVII e XVIII, muitos autores dispensaram aos problemas relacionados com o comportamento moral e social, especificamente da nobreza e grupos sociais dominantes, é um aspecto da história da cultura para o qual muitos estudos tem chamado a sua atenção. Recorde-se autores como: Norbert Elias, Roger Chartier, Peter Burke, entre tantos outros.

conceito está associado a uma prática de vida ou melhor a uma “arte de bem viver”, ambos por sua vez veiculados a uma cultura civil do homem de Setecentos. Estas palavras não implicam apenas a designação de um caminho para a realização de actos banais como comer e estar à mesa, vestir-se e passear, receber visitas e conversar, mas sim, percursos estruturais e interpretativos do mundo social, pressupondo a codificação escrita ou visual de um discurso comportamental impondo códigos normativos, esboçando-se deste modo a configuração de uma antropologia geral do comportamento.

O propósito deste brevíssimo artigo é salientar a importância de uma fonte documental imprescindível no estudo e caracterização do quadro mental e social da nobreza portuguesa do século XVIII: a designada literatura comportamental, vulgarmente conhecidos por Manuais ou Tratados de Civilidade, obviamente filtrados com o uso de práticas da sociedade portuguesa.

Ao privilegiarmos como objecto de trabalho a dimensão normativa de uma pedagogia do “saber estar”, pretendemos sublinhar sucintamente como todo este discurso codifica e sistematiza essas mesmas representações e as múltiplas instâncias de que se reveste. Através de um género que obedecia a uma estrutura normativa torna-se possível evidenciar as linhas que organizam essa representação e estabelecer o retrato da cultura civil portuguesa. Imagem que é possível também reencontrar noutros suportes emblemáticos, e simbólicos. Movemo-nos, deste modo, em territórios tangentes, em apelo de uma tendência actual no domínio das Ciências Sociais: a urgência de estudos interdisciplinares.

O nosso eixo de investigação tem-se debruçado sobre práticas e representações do quotidiano de Setecentos privilegiando o espaço social e a sua relação com a valorização da noção de “casa”², inte-

² Utilizada neste sentido enquanto espaço físico, residência. A palavra casa é ainda no século XVIII, bastante abrangente: não só se refere ao espaço edificado, “edifício em que vive uma família com seus móveis & alfaias” ou “peça ou parte do edifício” — R. BLUTEAU — *Vocabulário latino e português (...)* e Lisboa, s.n. 1727-1728, vol. 2, pp. 172-173, assim como casa, geração e família incluindo móveis e criados.

ressando como tal caracterizar uma franja da sociedade portuguesa da época, principal destinatária e receptora da literatura comportamental.

A avaliação dos estilos de vida em geral e de um *modus vivendis*³ em particular da nobreza de Setecentos é ainda fonte de investigação em aberto, apesar de notáveis contributos e de estudos recentemente publicados. Apresenta-se difícil ainda hoje trabalhar com esta categoria social. No entanto, procura-se com a ajuda de diferentes fontes e de diferentes olhares (refiro-me a historiadores, historiadores de arte, historiadores da cultura, sociólogos e antropólogos) caracterizar os seus denominadores sociais.

³ No que diz respeito às formas de vida e comportamento social da nobreza, à sua ideologia e mesmo a algumas das suas representações e de alguns grupos sociais mais próximos dela, algo se vai sabendo. Todos estes aspectos se relacionam intimamente com o jogo das práticas e das representações culturais, que cada vez mais necessitam de estudos parcelares mais aprofundados e pormenorizados, importantes contributos para a História de Arte. Sobre estas questões continuam fundamentais os trabalhos de Norbert ELIAS — *La civilization des moeurs*, 1ª ed., Paris, 1973. *Idem* — *La société de cour*, Paris, 1985; estudos que continuam a motivar trabalhos e a merecer atenções, *História da Vida Privada (...)*, Porto: Afrontamento, 1989-1991. Cf. Guiliano CRIFÒ — “Tra sociologia e storia, le scelte culturali di Norbert Elias” in *Rituale, Cerimoniale e Etichetta*, Milano: Studi Bompiani, 1985, pp. 261-273. Em termos económicos e patrimoniais, a nobreza de Setecentos alicerçava fundamentalmente o seu poder económico na posse de extensos domínios fundiários. Para este grupo social foram realizados estudos que cobrem os espaços geográficos de França e da Península Ibérica. Cf. Jean-Pierre LABATUT — *Les noblesses européennes. De la fin du XVème siècle à la fin du XVIIIème siècle*, Paris, 1978; Guy Nogaret CHAUSSINAND — *La noblesse au XVIII siècle: de la féodalité aux lumières*, Bruxelles: Complexa, 1990; Jean MEYER — *La noblesse française à l'époque moderne: XVI-XVIII siècle*, Paris: PUF, 1991; Ignácio ALTIENZA-HERNANDEZ — *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna: La casa de Osuna, siglos XV-XIX*, Madrid, 1987 e o resumo fundamental da sociedade hispânica entre o século XVI e o século XVIII; *Hidalgos e hidalguia dans l'Espagne du XVI-XVIII siècles*, Paris: Editions du C.N.R.S., 1989. Em Portugal, os trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro são fundamentais, cf. — *A casa e o património dos grandes portugueses (1750-1832)*, [texto policopiado], Lisboa: Impr. Nac. Casa da Moeda, 1995, entre outros; *Nobrezas e aristocracias*, Lisboa: Ed. Cosmos, 1993; *Ethos aristocrático Y estructura del consumo: la aristocracia cortesana portuguesa a finales del antiguo régimen*, Valência: Fundación Instituto de História Social, 1997.

Vejam os suncintamente — apoiados no discurso comportamental normativo — alguns desses dominadores, desde a definição de papéis sociais (princípios e normas comportamentais) até as diversas manifestações da vida privada e pública (espaços de sociabilidade).

Escritas codificadas de comportamento social

Este conjunto de textos produzidos entre o século XVI e o século XIX — que procurou detalhadamente pautar os valores morais e corporais da sociedade — regulando condutas; traduziu-se em leituras cujo impacto se evidenciou em práticas específicas de civilidade e etiqueta⁴.

A partir do século XVI, a literatura comportamental na Europa exprimiu-se em diferentes obras, codificando formulários que se tornaram possíveis nas relações harmoniosas e aceitáveis entre os

⁴ Este conceito é utilizado de forma sistemática ao longo dos séculos XVII e XVIII ao qual corresponde uma série de regras comportamentais escritas e transmitidas oralmente. Ao contexto do estudo sobre etiqueta está como sabemos ligado a cerimonialidade no Antigo Regime. Uma das linhas de análise que tem sido privilegiada é a leitura das cerimónias régias como meio para perceber o poder dos monarcas, assim como nos fornece uma interessante chave para a interpretação de alguns dos aspectos mais fascinantes da cultura cortesã deste período. Tem-se escrito sobre entradas régias nas cidades, sobre os gestos rituais do quotidiano régio, como o levantar, o deitar, a refeição, a missa, as cerimónias do coroamento, exéquias fúnebres etc. Em Portugal, estas questões tem merecido a atenção de alguns historiadores da cultura. Vejam-se trabalhos de: Ana Maria ALVES — *As entradas régias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.]; Ana Cristina B. ARAÚJO — “Morte e piedade barroca” in *Revista de História das Ideias*. Coimbra, 1989, n.º 11, pp. 129-173; Pedro CARDIM — “O subtexto. A dimensão simbólica da solenidade cortesã no Portugal do século XVII” in *Struggle for Synthesis. A obra de Arte Total nos séculos XVII e XVIII*. Simpósio Internacional (Actas), Lisboa 1999; pp. 331-368; Diogo Ramada CURTO — “Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)” in *A Memória da Nação*. Lisboa: Livr. Sá da Costa, 1992, pp. 201-205; Rui BEBIANO — *D. João V: poder e espectáculo*. Aveiro: Livr. Estante, 1987; José Pedro PAIVA — “O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses” in *Revista de História das Ideias*. Coimbra 1993, vol. 15, pp. 117-146.

homens. Duas obras particulares tiveram uma importância crucial no desenvolvimento destas práticas, tornando-se pontos de referência.

Refiro-me ao texto fundador sobre a noção de civilidade — *A Civilidade Pueril* escrito por Erasmo em 1530 e à obra de Baltasar Castiglione — *O Cortesão* publicado pela primeira vez em Veneza em 1528. O primeiro é um texto introdutório sobre a noção de civilidade e o segundo uma gramática fundamental de cortesia para o uso da sociedade de corte.

O impacto e a celebridade destas duas obras fez surgir uma postura social de homem civil e ao mesmo tempo, cortesão, com deveres sociais. No seguimento destas duas obras, os exemplos multiplicaram-se, surgindo réplicas discursivas sobre comportamentos e maneiras de estar em sociedade.

Com o século XVIII, o conceito de civilidade ocupou um lugar social central e correspondeu a um *tempo longo*, permitindo falar de determinados padrões ou *comportamento-tipo*. Estas matrizes comportamentais alcançaram diferentes dimensões da vida quotidiana. A esta codificação dos saberes práticos essenciais à vida humana correspondia um processo de aprendizagem, na qual o papel dos livros foi fundamental.

Em Portugal foram fundamentalmente os modelos franceses que se impuseram, atendendo ao enorme surto de traduções e adaptações de obras conhecidas⁵.

⁵ Recordemos algumas obras conhecidas em Portugal na segunda metade do século XVIII:

Antoine de Courtin — *Nouveau Traité de Civilité*, 1672; François de Callières — *De la Science du Monde et des Connaissances Utiles à la Conduite de la Vie*, 1717; J. B. de La Salle — *Les Règles de la Bienséance et de la Civilité Chrétienne*, Rouen, 1729, e Jean Baptiste Marvande Bellegarde — *Les Règles de la Vie civile avec traits d'histoire pour former l'esprit d'un jeune prince*, Paris MDCCXX, do mesmo autor, *Education parfaite*, Amsterdan, 1710, e *Reflexions sur l'elegance et la politesse du style*, Trevoune 1700, entre outras; e as traduzidas para português, tais como: *Modelo de Conversação para as pessoas polidas e curiosas* (de J. B. Bellegarde, trad. do francês por Francisco Ferram de Castelo Branco. Lisboa. Pedro Ferreira, 1734); Jeanne Rosseau de Villeneuve —

A extraordinária riqueza da literatura comportamental conduz-nos à definição de ideais de comportamento e regras de interação social, ao trabalho da sociedade sobre si própria. Este vastíssimo *corpus* de trabalho constitui hoje um campo de investigação⁶ muito interessante, uma fonte inesgotável, proporcionando estudos transversais e comparados, permitindo leituras que vão destes a caracterização dos destinatários destas obras, às diferentes maneiras de estar, aos próprios gestos e expressões corporais e faciais até ao elenco de hábitos e espaços de sociabilidade. Estamos perante uma categoria de textos onde a escrita influi sobre os saberes práticos: gestos, hábitos e comportamentos.

A questão que desde logo nos interessou no caso da literatura comportamental no espaço geográfico português foi para além das motivações que se encontram por detrás destes textos, identificar os

A Aia Vigilante ou reflexões sobre a educação dos meninos, Lisboa, Off. Ant. Vicente da Silva, 1767; Abade Prévost — *Elementos de Civilidade que se pratica entre gente de bem. Para instrução da mocidade de ambos os sexos* (trad. do francês por José Vicente Rodrigues), Porto, Ant. Alves Ribeiro, 1777; do mesmo autor — *Arte de Agradar na Conversação* (trad. do francês por José Vicente Rodrigues), Porto, Ant. A. Ribeiro Guimarães, 1783; *O Amigo do Príncipe e da Pátria ou o bom cidadão, de autor desconhecido* (trad. do francês por autor desconhecido), Lisboa, Tip. Rollandiana, 1779; Jeanne Maria Leprince de Beaumont — *Tesouro de Adultos entre uma sábia mestra com as suas discípulas (...)*, trad. do francês por Joaquim Inácio de Frias, Lisboa, Of. Simão Tadeu, 1785; *Conselhos e Máximas sobre a Educação da Mocidade para saber-se conduzir sabiamente no mundo, autor desconhecido* (trad. do francês por autor desconhecido); Lisboa, Lino da Silva Godinho, 1875; e por último L.C.M. — *Tratado de Educação Física e Moral dos meninos de ambos os sexos* (trad. do francês por Luís Carlos Moniz Barreto), Lisboa, Academia Real das Ciências, 1787; entre muitas outras. De realçar que o percurso desta literatura não termina aqui, pois ao longo do século XIX, mais obras serão publicadas e mais reedições serão efectuadas marcando a continuidade entre a sociedade do seiscentismo barroco e a do Romantismo.

⁶ Equipas de investigação pluridisciplinares têm-se debruçado sobre esta área, especificamente em França sob a direcção de Alain Montadon. Cf. *Bibliographie des Traités de savoir-vivre en Europe*, Clermond-Ferrand: APFELSH, 1995; *Pour une histoire des traités de savoir-vivre en Europe*, Clermond-Ferrand: APFESH, 1995.

seus destinatários, e inventariar as relações e aplicações com situações e comportamentos do quotidiano.

Estas obras encontraram receptividade numa primeira fase junto de uma sociedade dita aristocrática — entendendo neste contexto a nobreza nas suas diferentes categorias e como conceito alargado — passando numa segunda fase a interessar a nova elite emergente, pois a aprendizagem feita nos manuais e códigos do “saber viver”, surge simultaneamente como contributo de prestígio para uma hierarquia social e como veículo do imaginário mundano captado pelas classes em rápida ascensão.

Compulsando os índices destas obras sobre literatura comportamental, os assuntos são diversos. O aperfeiçoamento da palavra e o seu peso acompanham a domesticação do corpo, das posturas, da higiene, etc. Encontramo-nos perante um vasto universo de linguagens “para-verbais”, particularmente nas expressões corporais e na sua função:

[...] *Da honesta composição do corpo, e dos vestidos e aceyo* [...]; *Quando jogares algum exercício, como por exemplo o da bola ou outro qualquer semelhante jogo, devemos ter muito cuidado de não fazer posturas do corpo redículas e extravagantes* [...] ⁷

Estes movimentos do corpo, do rosto e dos vestuário, constituem elementos caracterizadores de uma taxonomia social, onde se esboçam jogos de representação⁸.

É igualmente importante e curioso a atenção que estes manuais dão ao modelo de conversação — autênticos guias de conversação — mais do que a própria leitura. A oralidade, a discussão de temas nas reuniões ou assembleias indicam esta intenção:

⁷ Cf. Abade Prévost — *Elementos da Civilidade e da Decência que se pratica entre gente de bem. Para Instrução da mocidade de ambos os sexos: trad. do francês por José Vicente Ribeiro*. [s.i.]: [s.n.], 1777, pp. cap. I e 152.

⁸ Sobre estes “sinais falantes” — como os define Jacques Revel — vai-se construindo um vocabulário de reconhecimento. Cf. “Les usages” da la civilité” in *Histoire de la Vie Privée: de la Renaissance aux Lumières*. Paris: Seuil, 1985-1987, vol. 3, pp. 169-211.

[...] *Da Elocução* [...] *Do Conversar e Discorrer* [...] ⁹ e [...] *Arte de Agradar na Conversação* [...] *Da Civilidade que devemos usar na conversação**Do modo como a Decência nos manda proceder quando falamos e comemos em companhia* [...] ¹⁰.

Todos estes livros eram na maioria dos casos de pequeno formato, fáceis de guardar e transportar. Quase sempre no seu prólogo dirigiam-se ao leitor mantendo uma relação personalizada expressa em diferentes dedicatórias.¹¹

⁹ Cf. *Arte Retórica para uso da Mocidade Lusitana, escrita com juízo Crítico offerecido ao Excelentíssimo Senhor Bispo de Beja por João Rosado de Villalobos e Vasconcellos, Bacharel da Universidade de Coimbra*, 1773

¹⁰ Cf. Adade Prévost – op. cit, pp. 28, 157.

¹¹ Muitas são as edições onde aparecem dedicatórias como é exemplo a obra de Martinho de Mendonça de Pina e Proença. “(...) *Ao Excellentissimo Senhor Marquez de Alegrete...*”

Excellentissimo Senhor.

MEU Senhor: Ninguém melhor que Vossa Excellencia conhece a importância da boa / educação, e os efeitos dos habitos virtuosos adquiridos na infância, de que não he necessario mais exemplo, que os da Casa de Vossa Excellencia, em cujos seis frondosos ramos as virtudes, que todos admiraõ, são frutos, que produzio a mais acertada educação, que venerey, tendo a honra de assistir no Palacio de Vossa Excellencia, onde aprendi quanto escrevo nestes Apontamentos, que a Vossa Excellencia dedico, como devido tributo.

Lisboa Occidental. 20 de Setembro de 1733(...)” Cf. Martinho de Mendonça de Pina e de PROENÇA — *Apontamentos para a educação de hum menino nobre que para seu uso particular fazia(...)*. Lisboa: José António da Silva, 1734. Esta fonte, foi objecto de tese de doutoramento, onde o autor apresenta a edição crítica. Cf. GOMES, Joaquim Ferreira — *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Ed. crítica dos Apontamentos para educação de hum menino nobre. [Coimbra]: Universidade de Coimbra, 1964. Também, no caso de traduções adaptações de obras, as ofertas são expressas: “*Tratado de Educação física e moral dos Meninos de ambos os sexos traduzidos do francês em linguagem portuguesa e offerecido ao Exm^o Senhor Manoel Maria da Piedade. Primogénito do Exm^o Senhor José de Seabra da Silva e a Senhora D. Anna Coutinho Pereira de Sousa Freire pelo bacharel Luís Carlos Moniz Barreto, Lisboa MDCCCLXXXVII*”. E a tradução da obra de Bellegarde “*Modelo de conservações para pessoas polidas e curiosas pelo Abade de Bellegarde em língua Franceza (...)* Dedicada ao illustríssimo senhor D. Joam de Mello do Conselho de Sua Majestade e Conego Presbytero de Santa Basílica Patriarcal. 1734()”

Sabemos que foi estreita a relação que a literatura comportamental manteve com as designadas artes de “bem viver” traduzindo e descrevendo modelos de diferentes quotidianos.

Considerando a relativa abundância destes registos ligados à vivência e uso do espaço privado da casa nobre decidimos revelar alguns indicadores relacionados com este quotidiano doméstico.

O Espaço do Quotidiano: a habitação privada

Em redor do universo da CASA — pensada como espaço de representação social e lugar onde se consumia o tempo de ócio — enuncia-se uma série de *modelos* na sua dimensão exteriores, envolvidos em condutas sobre os outros. Vejamos alguns casos específicos.

A visita — é uma das situações repertoriadas no elenco dos textos que consultamos. É mencionada como uma situação de quotidiano, envolvendo componentes de espectacularidade, elementos de cortesia [...] *Modo de fazer visitas e Modo de tomar visitas* [...] ¹² e indicações sobre o próprio espaço de recepção. João Rosado de Vasconcellos redige, no seu tratado, a forma como se deve receber as pessoas de cerimónia e distintas: “*todos devem acompanhar até ao topo da escada e esperarem aí até darem as costas no fim da mesma. E sendo as casas terreas, como ha muitas no campo, se acompanhará a visita até fora da porta, mandando sempre que o escudeiro acompanhe a visita até sair para a rua*” ¹³.

A este item combina-se um elemento que importa destacar, visto que lhe fornece um aparente suporte material — a casa —, espaço

¹² Cf. João de Nossa Senhora da Porta SIQUEIRA — *Escola de policia ou tratado práctico de civilidade portuguesa*. Lisboa, 1791.

¹³ João Rosado de Villalobos de Vasconcellos (1786), bacharel pela Universidade de Coimbra, foi professor de retórica e poética em Évora. Publica e traduz um conjunto de obras sobre a educação da mocidade. Cf. — “*O Perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade em que se dão as Regras da Policia e Urbanidade Christã, conforme os usos e costumes de Portugal*”, Lisboa, 1782, pp. 125.

que em muitos textos aparece associado a determinadas situações. É evidente a separação das várias divisões da casa, nomeadamente em duas zonas: uma familiar, íntima, reservada ao espaço do quotidiano, e uma zona “social”, de representação, destinada a visitantes, muitas vezes coincidindo com áreas exteriores, escadas, varandas, terraços, átrios, portas de acesso, etc. Esta divisão em duas zonas representa uma concepção da casa que acompanha a separação entre o quotidiano e o mundano ou seja o espaço das sociabilidades informais. As indicações quanto à casa incidem muito particularmente sobre este espaço de recepção, de valorização de um tempo livre, onde se revela a distinção e o *status* do proprietário.

Os passeios, as saídas — categoria mundana, que em muitos casos está relacionada com a especificidade do tempo reservado ao ócio, ao lazer entendido como valor social. Enunciam-se algumas regras de descontração: “[...] *Nos Passeios públicos compreendemos o campo, as Hortas e as Quintas e ainda os jardins dos particulares em que por grandeza se permite a entrada franca [...] Alli vamos buscar o divertimento, o regozijo e o prazer da sociedade[...] Por isso deve reluzir em nós a alegria e a maior civilidade que for possível. [...] Não quero dizer que seja o cerimonial tão rigoroso como no Passo [...]*”¹⁴

São claramente expressos os prazeres desfrutados, mas, em certos manuais, é exigido algum cerimonial, muitas vezes dependendo da companhia: “[...] *Do que se deve observar em jornadas ou quando formos em carruagem, a cavallo ou em cadeirinha, como também quando formos em companhia com algumas pessoas de qualidade.*” [...]”¹⁵.

As Assembleias — conjunto de pessoas convocadas para divertimento e convivência; espaços de exposição e confronto de ideias. Esta nova sociabilidade assume nos textos duplo sentido, um lugar onde é preciso saber estar e também onde se ressalta o seu aspecto negativo; “[...] *Fugi também destes divertimentos nocturnos, destas assem-*

¹⁴ Cf. “*O perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade — op.cit.*, pp. 78

¹⁵ Cf. *Elementos de civilidade e decência que se pratica entre gente de bem : para instrução da mocidade de ambos os sexos*, Lisboa: Typografia Rollandiana, Iª Parte, pp. 120-122

bleias estrondosas, aonde se junta hum grande numero de pessoas de ambos os sexos para se divertirem, aonde o menor crime he passar as noites no meio dos prazeres e pompas do mundo, donde quase sempre sahem menos puros do que entrarão [...]”¹⁶

A casa abria-se aos amigos de ambos os sexos que se reuniam para conversar, cantar, jogar, aparecendo em finais do século a expressão *partidas* (do inglês *parties*) com idêntico significado de reunião ou assembleia, dada a importância crescente da prática do jogo nas reuniões mundanas.

A entrada na Assembleia exigia também algumas regras de civilidade; “[...] *O Cavalheiro, ou menino nobre que houver de entrar em qualquer assembleia (o que nunca fará sem ser convidado, e sem ter a certeza do que o querem os Senhores da casa) deve ir vestido sério, isto he, com vestido que não seja affectado as modas, ou aperaltado [...]*”¹⁷

Os Amigos — No que respeita às relações entre pares, é frequente surgir um certo grau de distanciação, pois, em algumas passagens, traçam-se estreitos limites para estas relações, apontando a reserva como meio de protecção para evitar intimidades: “[...] *O meio de conservar a benevolência dos nossos amigos he o de reger-vos com elles com muita descrição e não abusar nunca da boa vontade, que vos mostram [...]* *Pelo que deveis ter sempre grande cuidado em tomar tempo a proposito examinar se as ocasiões e as circunstâncias são próprias [...]*”¹⁸

A Mesa — envolvida na arte de estar, a mesa é um capítulo exclusivo dos manuais de civilidade, com as suas regras próprias bem definidas, assumidas por determinadas franjas da sociedade portuguesa setecentista.. Em redor de questões como: “[...] *Do que se deve observar quando estamos à mesa [...]* exigia-se o conhecimento dos preceitos de estar à mesa, assim como servir à mesa. Estabelecia-se um

¹⁶ Cf. *A escola de bons costumes ou reflexões moraes e históricas sobre as máximas de hum homem de honra e probidade(...)*, t. 3, pp. 270.

¹⁷ Cf. João de Nossa Senhora da Porta SIQUEIRA — *Escola de policia ou tratado pratico de civilidade portuguesa*, Lisboa, 1791, pp. 139

¹⁸ Cf. *Conselhos e maximas sobre a educação da mocidade para saber-se conduzir sabiamente no Mundo (...)*, Lisboa, 1785.

jogo de relações entre os convivas, os alimentos e o respectivo uso dos utensílios e, nalguns casos a forma de trincar as diferentes peças de assados que juntamente com os manuais de cozinha compunham um cenário sobre a civilidade da mesa.

O Jogo — durante o século XVIII, começa a ser considerado um problema inquietante, enquanto “vício”, até aí muitas vezes tolerado à elite. Para além das críticas¹⁹ que certos jogos receberam juntamente com outros tipos de divertimentos e da sua utilização em excesso, o próprio jogo²⁰ encontrava-se como prática social distintiva. Os jogos de cartas eram um dos passatempos mais em uso. Ao homem de sociedade, impunha-se o seu conhecimento. Os jogos, na generalidade, e mesmo o de cartas, contavam-se entre as diversões em moda e destacam-se entre elas, como meio de expressão de hierarquia social²¹.

¹⁹ Nos séculos XVII e XVIII, definir-se-ia uma atitude moral, de acordo com a qual o jogo era, de uma maneira geral, encarado com a maior suspeita. Nos tratados acentuadamente de cunho religioso certos jogos são proibidos como é exemplo, *A arte de criar bem os filhos na idade da puerícia dedicada ao menino de Belém Iesu Nazareno composta pelo P. Alexandre de Gusmão da Companhia de Iesu da Província do Brasil*, Lisboa, 1685; onde estão apontados os jogos que os pais devem permitir aos filhos “o jogo do aro, da pella, do peam e outros que elles trazem nos seus annaes, sam fora de toda a suspeita, antes indício de boa inclinação”. Ver a este propósito, a opinião do célebre Cavaleiro de Oliveira, “acerca do Jogo” in *Recreação Periódica*, Lisboa, 1922, pp. 142.

²⁰ Cf. *Jeux et Sports* In *Encyclopedie de la Pléiade*, Editions Gallimard, 1967; J.P. ETIENVRE — “Le symbolisme de la carte à jouer dans l’Espagne du XVI et XVIII siècle” in *Les Jeux a la Renaissance: XXIII Colloque International d’Études Humanistes: Actes*, Paris, 1982; J. JACQUIOT — “Les Jetons, les méreaux et les pions médailles de jeu, de la Renaissance au XVIII siècle in *ibidem*, pp. 549; O. RONUNN, — “Jeux des cartes, pedagogie et enfance de Louis XIV” in *ibidem*, pp. 553; Jorge CRESPO — “Os jogos de fortuna ou azar em Lisboa em fins do Antigo Regime” in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa. N.º 8 (Julho-Dezembro 1981), pp. 77-95.

²¹ “(...) Sendo muito necessária a doçura e a complacencia no jogo; ella vem a ser muito mais precisa ainda, quando se joga com as senhoras (...).”...Se houver ocasião em que se jogue com alguma Senhora da primeira grandeza; ou com outra Pessoa de grande carácter e com quem não tenha trato e amizade ou ainda com algum Príncipe será justo per-

Ao jogo era reservado na casa um determinado espaço. Para uma zona de estar, deslocavam-se algumas actividades que antigamente compunham e prolongavam uma refeição. O bridge, *whist*, o solo e o voltarete são os mais referidos entre os jogos de sala, juntamente com o gamão, damas, xadrez e bilhar.

Muitos são os textos que se empenham na justificação da sua prática, valorizada como exercício mental estimulante. Aconselhavam-se de preferência os jogos que exigiam uma aprendizagem, como forma de selecção ou iniciação social. Indicavam-se manuais de jogos — algumas traduções e adaptações — e recomenda-se estudá-los com cuidado. Muitos caíram em desuso, outros são inventados, como indicam os títulos de alguns manuais: *Explicação do jogo do Ganaperde, que achando-se não só morto, mas sepultado no tumulto do esquecimento, se faz intelligível à 1ª nobreza para que esta lhe possa dar elementos com o seu grande espirito*, 1749 e; *Novo jogo intitulado: o Disvelo, que, para exercício da entrepalia, inventou e dispoz, Francisco da Silva Cardozo, natural de Peronegro, Termo de Torres Vedras*, Lisboa, Off. Francisco Sabino dos Santos, 1777.

Em síntese, perante uma panóplia tão diversificada de situações, entendemos e procurámos nestas tipologias de textos aqueles que fundamentalmente apelassem em primeira mão às interacções sociais. A sua principal dimensão foi assim — como constatámos — a de se tornarem compêndios de conhecimentos para uso diário, podendo simultaneamente ser objecto de usos regulamentados e instrumentos de aquisição de manejos mais individualizados.

Uma pesquisa mais alargada sobre a literatura comportamental em Portugal durante o século XVIII e a definição de uma cultura civil portuguesa desta época poderá ser completada, cruzada e confrontada com um outro tipo de documentação como a designada

der de propósito no jogo, pela mesma sujeição que traz consigo a perda que he igualmente hum tributo da sua propria grandeza, por mais igualdade que traga o jogo (...).” Cf. *Conselhos e maximas sobre a educação da mocidade para saber-se conduzir sabiamente no Mundo* (...), Lisboa, 1785, pp. 126-139.

literatura da mudanidade, expressa em crónicas, folhetos volantes, teatro de cordel, obras satúricas etc., só assim podendo saber até que ponto esta discursividade normativa não podia estar desfazada relativamente às praticas e usos da sociedade portuguesa. Mas este será um outro caminho por desbravar.

Bibliografia

Fontes /Edições

Manuais de Civilidade do século XVIII impressos em Língua Portuguesa: originais portugueses, traduções do Castelhana, Francês e Italiano

- ALMEIDA, Francisco José de, *Tratado de Educação Física dos Meninos, para uso da nação portuguesa*, Lisboa Of. Academia Real das Ciências, 1791.
- ARMENDARIZ, D. Miguel, *Modo Cristão, Político e Cortesão de bem jogar o Reversimo*, trad. do Castelhana por autor desconhecido, Lisboa Régoa Of. Silvano e da Academia Real, 1746.
- Arte de Galanteria*, Lisboa. Ivan de la Costa. 1760.
- (O) *Amigo do Príncipe e da Pátria ou o bom cidadão*, trad. do francês por autor desconhecido, Lisboa Typ. Rollandiana, 1782.
- BARRETO, Luiz Carlos Moniz, *Tratado da educação física e moral dos meninos de ambos os sexos*. Lisboa. Off. Da Academia das Ciências).
- BEAUMONT, Jeanne Marie Leprince, *Tesouro de Meninos ou diálogo entre uma sábia aia e suas discípulas*, trad. do francês por Joaquim Inácio de Freias, Lisboa, Régia Of. Ty. 1797/99.
- , *Tesouro de Adultos ou diálogos entre uma sábia mestra com suas discípulas*, trad. do francês por Joaquim Inácio de Frias, Lisboa, Of. Simão Tadeu, 1785.
- BELLGARDE, Jean Bâptiste Marvande, *Modelo de Conversação para as pessoas polidas e curiosas*, I Tomo, trad. Do francês por Francisco Ferram de Castelo Branco, Lisboa Pedro Ferreira, 1734.
- BOTELHO, Luiz de Vasconcellos, *Breve Tratado do Jogo do Whist, que contem as leis do jogo, e algumas regras, pelas quaes se pode conseguir o jogá-lo bem. Adicionado com duas calculações: huma sobre as apostas em qualquer ponto do jogo; e outra para dar a conhecer ao parceiro huma, e mais certas cartas. Traduzido da Língua Inglesa na Portuguesa por...*, Lisboa, Of., Of. Joseph. Da Silva Nazareth, 1768. 2ªd, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1818).
- CASA, Giovanni della, *O Galateo ou o Cortesão*, trad. do italiano por Francisco Xavier Magalhães, Lisboa Of Silvano e da Academia Real 1746.

- Cartas sobre modas*. Lisboa, Typ. Rollandiana, 1789.
- Conselhos e Máximas sobre a Educação da Mocidade para saber-se conduzir sabiamente no Mundo. Traduzidas de Francez em vulgar. Obra indispensável aos Pais, e Mais, como a todos aquelles, que são encarregados da educação de meninos*, Lisboa, Of. Lino Silva Godinho, 1785.
- COSTA, Afonso de, *Methodo de Bom viver; L'itinerario Christam*, Lisboa Off. De Joseph Lopes Ferreira 1716.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da, *Ópios que dão aos homens, e as senhoras na cidade de Lisboa huns aos outros, tirados da experiência do author*, Lisboa, Of. Simão Thadeo Ferreira, 1786.
- Documentos Importantíssimos de um Pai a um Filho, para bem viver e bem acabar*, Lisboa, S.I, 1758.
- FRANCO, Francisco de Melo, *Tratado de Educação Física dos Meninos, para uso da nação portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790.
- FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de, *Nova escola de aprender a ler*, Lisboa 1722
- GRANADA, Frei Luís de , *Regras da Vida Virtuosa tiradas e traduzidas por memorial da vida cristã de frei Luís de Granada*, trad. do Castelhana por autor desconhecido, Lisboa, Of. De Francisco Arneiro, 1779.
- L.M.C., *Tratado de Educação Física e Moral dos meninos de ambos os sexos*, trad. do francês por Luís Carlos Moniz Barreto, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790.
- MORGANTI, Bento, *Aforismos Morais e Instrutivos, úteis a todo o género de pessoas nos quais se acham documentos necessários para a boa instrução da vida civil e cristã.*, Lisboa, Off. Manuel Coelho Amado, 1765.
- , *Breves Relexões Sobre a Vida Económica, a qual consiste nos casamentos, na criação e educação dos filhos (...)*, Lisboa, Of. J. Costa Coimbra, 1758.
- OSAN, José Maregelo de, *Palestra admirável, consersação proveitosa e noticia universal do Mundo, Distribuída por numeros e semanas. Para empregados da ociosidade, desterro de melancolia e lição para recrear e instruir a todo o estado de pessoas*, Lisboa. Off. Francisco Borges de Sousa.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de, *Aviso ao Povo ou Summario dos Preceitos mais importantes, convervantes à criação das crianças, às diferentes Profissões e Offícios, aos Alimentoze Bebidas, ao Ar; ao Exercício, ao ..., aos Vestidos, à Intemperância, à Limpeza, ao Contágio às Paixões, às Evacuações regulares etc, que se devem observar para prevenir as enfermidades conservar a saúde prolongar a vida*, Lisboa 1787.
- PRÉVOST, Abade, *Elementos de Civilidade e Decência que se pratica entre gente de bem. Para instrução da mocidade de ambos os sexos*, trad. do francês por José Vicente Ribeiro, 1777.
- , *Elementos da Civilidade e da Decência, para instrução da mocidade de ambos os sexos, traduzidos do Francez em vulgar(...)*, Lisboa na typografia Rollandiana, 1788.
- PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina, *Apontamentos para a educação de hum menino nobre (...)*, Lisboa José António da Silva, 1734.
- Regras para a Cristã Educação dos Meninos*, Lisboa, Of. Tip. Régia, 1783.

(LA) SALLE. *Regras de bom comportamento e da civilidade cristã(...)*, 1703.

SIQUEIRA, João de Nossa Senhora de Porra. *Escola de Política ou Tratado Prático de Civilidade Portuguesa*. Com regras e o exemplo do estilo epistolar. Porto, António Álvares Ribeiro, 1791.

Tratado dos principaes fundamentos da Dança Obra muito útil, não somente para esta mocidade que quer aprender a dançar bem, mas inda para fazer as pessoas honestas e polidas as quaes ensina as regras para bem andar, saudar e fazer todas as cortezias que convem em as assembleias adonde o uso do mundo a todas chama. Offerecido a toda a Nobreza Portuguesa por Natal Jacome Bonem, mestre de dança, Coimbra. Officina dos irmãos Ginhoens, 1767.

Tratado sobre a igualdade dos sexos ou elogio do merecimento das mulheres (...) por hum amigo de razão. Lisboa na Off. Patr. De Francisco Ameno 1790.

Traças de ganhar dinheiro e Regras de Cortesia e de guizar várias iguarias em embrião, Catalunha, Imp. De F. Guevarz, s.d.

VASCONCELOS, João Rosado de Villalobos e, *Elementos de Policia Geral de hum Estado (Traduzido do francês)*, Lisboa 1786.

—, *O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade*, Lisboa Typ. Rollandiana, 1782.

VILLENEUVE, Jeanne Rosseau de, *A aia Vigilante ou reflexões sobre a educação dos meninos*, Lisboa, Of. Ant. Vicente da Silva, 1767.